

## Feminismo: uma questão política?

*Feminism: a political issue?*

### Resumo

A autora discute a questão do feminismo no contexto dos movimentos de resistência à ditadura militar e fala sobre a condição contraditória da mulher em meio à luta de classes no contexto das organizações de esquerda que partiram para a guerrilha armada. Nessas organizações, que tinham como base o pensamento comunista mais ortodoxo, as mulheres não deixaram de ser oprimidas, e sua luta comumente era vista como secundária e como algo que dividiria o movimento, perspectiva que a autora busca recusar com seus argumentos. *Brasil Socialista*, ano IV, n. 11. Paris, maio de 1978. Assinado com o pseudônimo de Luzia Maranhão durante seu exílio na França.

### Palavras-chave

Feminismo. Política. Guerrilha. Luta de classes.

### Abstract

*In the article, the author addresses the issue of feminism in the context of resistance movements against the military dictatorship, and discusses the contradictory condition of women, within the class struggle in the context of left-wing organizations, who joined the armed guerrilla movement. In these organizations, which were based on more orthodox communist thinking, women were still oppressed and their struggle was commonly regarded as secondary and something that would divide the movement, a perspective that the author seeks to reject with her arguments in this article. Text published in the newspaper Brasil Socialista, ano IV, n. 11. Paris, May 1978. Signed under the pseudonym Luzia Maranhão during her exile in France.*

O que será o amor comunista...

Isto se decidirá quando uma nova geração crescer. Geração de homens que jamais em suas vidas se encontrarão em situações de obter pelo dinheiro ou com a ajuda de qualquer outro recurso social o abandono de uma mulher. Geração de mulheres que jamais se encontrarão em situações de se abandonar a um homem por outras considerações que um amor real, nem se negarão ao ser amado pelo medo das consequências econômicas e morais desse abandono.

Quando essas pessoas existirem, pelos diabos se elas levarão em conta o que se crê hoje que elas deveriam fazer...

Engels,

*Origem da Família da Propriedade Privada, e do Estado*

Todos os grandes processos de transformação das sociedades afetaram a relação entre os sexos, sem que, no entanto, a opressão da mulher tenha se transformado substancialmente (apesar da sua participação passiva nesses processos). Através da dominação econômica, política ou ideológica as sociedades divididas em classes, e vista pelos olhos masculinos, têm encontrado argumentos, nem sempre pacíficos, que levam à produção e reprodução da subordinação das mulheres.

Em contraposição tem havido resistências. No século XVI o direito à educação é conquistado, já na Revolução Francesa inicia-se o movimento feminino pela “igualdade de direitos da mulher e da cidadã”, com clubes femininos reclamando o acesso à política. A hostilidade dos revolucionários, que viam a participação ativa da mulher como contrária à sua natureza, leva a que, já em 1793, seja decretado o fechamento dos clubes femininos. A mulher volta ao lar, “compensada” pelo culto romântico da feminilidade”.

Engels no livro *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado* define o caráter da opressão específica da mulher, e dá os fundamentos da teoria marxista sobre o problema. Apesar das dúvidas e interrogações despertadas por essa análise, é grande o mérito e a contribuição dessas teses do materialismo histórico.

No Manifesto Comunista, Marx e Engels levantam a questão da mulher como decorrente da luta de classe e como um elemento necessário à transformação da sociedade. No Congresso da I Internacional, há uma moção de Marx pela igualdade de direitos.

O direito da mulher ao trabalho em igualdade de condições como homem, o acesso à educação, a conquista do direito ao voto são algumas das reivindicações que Clara Zetkin, delegada das mulheres socialistas em Berlim, leva no Congresso da II Internacional, em 1889. É incentivada então a organização internacional do movimento feminino proletário. Esse movimento se internacionaliza no início do século, sendo duas as correntes principais: a sufragista, com bases no movimento americano e inglês, que se caracterizava por um conjunto de reformas a serem conseguidas nos marcos mesmo do sistema capitalista; e a tendência socialista, que ligava a sorte do movimento feminista à luta do proletariado, influenciando o conjunto do movimento comunista internacional para assumir a questão feminina como parte da transformação da sociedade.

Nos anos 1920 é concedido o direito ao voto, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra, o que esvazia profundamente a luta das sufragistas. À medida que os problemas econômicos começam a se acentuar, volta à tona a valorização da maternidade, do casamento e da vida no “lar doce lar”.

É com a revolução bolchevique que se acenam perspectivas de transformação radical da situação imposta à mulher, processo visto como inseparável da construção do socialismo. Os rumos do socialismo na URSS, sob a égide do stalinismo, levaram ao abandono das medidas revolucionárias dos primeiros anos da revolução, com o consequente fechamento e proibição de organizações feministas. Tudo isso em nome da “moral comunista” e da afirmação da já existente igualdade da mulher no socialismo da URSS. A orientação da III Internacional marca profundamente o movimento comunista internacional, tendo como uma das consequências do seu mecanismo simplificador a negação da luta feminista, o que significava que a socialização dos meios de produção é condição necessária e “suficiente” para a emancipação da mulher.

Não é mera coincidência o atraso e a resistência que nós, esquerda, tivemos e temos em relação ao movimento feminista. Recuperar criticamente o acúmulo da teoria marxista sobre a opressão da mulher, e das experiências das lutas travadas no período anterior ao stalinismo, é elemento importante para reavaliarmos e destruímos a influência do stalinismo ainda presente na nossa prática, na nossa visão de mundo, e nos mil e um preconceitos que ainda temos quanto à questão feminista.

## O novo movimento feminista

Nos anos 1960 ressurgiu com uma qualidade nova o movimento feminista quando, unidas em torno de reivindicações específicas, enquanto movimento social, as mulheres questionam os elementos estruturais do sistema capitalista, que determinam em última instância a nossa condição de “segundo sexo”.

A explosão das mulheres americanas queimando *soutiens*, lutando contra os “porcos chovinistas”, reclamando das discriminações que as profissionais enfrentam nas suas carreiras, exigindo uma nova participação no poder em estruturas existentes, tem um grande mérito, apesar do seu caráter burguês: mulher aparece como ser social e enquanto ser oprimido, capaz de socialmente lutar por sua liberação.

Assim como as “sufragistas” do século passado, este movimento esteve, a princípio, ligado às lutas das minorias (negros, porto-riquenhos, índios, jovens, etc.). Liga-se também à solidariedade internacional (Vietnam, Cuba) e a outros movimentos de libertação nacional. Estes movimentos questionavam, em algum nível, o *way of life* americano, deixando mais claras as roupagens ideológicas da “superpotência”.

O impacto do questionamento de tabus e a força de bulir nas frustrações, angústias, humilhações vividas por milhões de mulheres faz com que o feminismo ultrapasse os limites de um movimento marginal, atraindo muitos outros setores. As mulheres da nova esquerda americana dão uma contribuição teórica importantíssima ao recuperar os conceitos básicos do materialismo histórico sobre as origens da opressão da mulher e sua relação com a luta de classe. O feminismo revolucionário enfrenta, por um lado, a luta político-ideológica no nível do movimento, com as feministas radicais que veem no homem o inimigo principal da classe feminina” na opressão patriarcal a contradição principal. Por outro se deparam com o atraso e resistência da esquerda. É através dessa intensa luta que o movimento se afirma com características autônomas, ou seja, às mulheres cabe organizar seu próprio movimento, com estruturas particulares, que permitam analisar, teorizar e dirigir a luta contra sua opressão específica, encontrando formas que levem a uma relação constante com o movimento social contra o inimigo comum: o sistema capitalista. Enfim, se consolidando como força social, com um peso considerável na sociedade.

Durante um longo período o movimento feminista é ridicularizado pelos setores da imprensa burguesa, com o coro da esquerda que acrescentava outros argumentos: são as feias, histéricas, lésbicas, complexadas, burguesas, divisoras do proletariado. Estes e tantos outros adjetivos deixam marcas, deturpam os objetivos do movimento, reafirmando velhos preconceitos. As brasileiras, por exemplo, tomam contato com a luta da mulher americana através da exploração do caráter sensacionalista, das visões mais velhacas sobre a mulher. E, se nos detivéssemos mais sobre as questões, perceberíamos respostas já prontas: a liberação da mulher é luxo de país desenvolvido, a luta pelo socialismo é principal (como se houvesse contradição) etc. Nós, mulheres militantes, que sentíamos na pele a condição de ser mulher, fortalecíamos o coro. E depois de muita água rolar por debaixo da ponte não deixa de ser com muita alegria que vemos surgir os jornais *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*<sup>1</sup>, os Centros de Mulheres<sup>2</sup> e todas as manifestações de luta das mulheres brasileiras.

### **“Sejamos realistas, exijamos o impossível”**

O impacto da Revolução Cubana, a Revolução Cultural Chinesa e, mais particularmente, o movimento de 68, que alcança maior amplitude na França, mas que existiu de forma importante em outros países da Europa e na América Latina, trazem um conjunto de interrogações e críticas ao stalinismo, à burocracia

---

<sup>1</sup> O jornal *Brasil Mulher* foi criado por Therezinha Zerbini e o jornal *Nós mulheres* foi fundado por Joana Lopes, no contexto das lutas feministas da década de 1970 e do movimento pela anistia. Como nos informa Rosalina de Santa Cruz Leite, “No período pós-1975, o primeiro jornal dirigido às mulheres e feito por mulheres foi o *Brasil Mulher*, publicado pela Sociedade Brasil Mulher (foram 16 edições regulares e mais quatro denominadas “extras”), de 1975 a 1980. O segundo, *Nós Mulheres*, publicado pela Associação de Mulheres, teve oito edições, que circularam de 1976 a 1978. O fato de estarem vinculados a uma associação já mostra que esses jornais eram instrumentos de divulgação de coletivos de mulheres organizadas e, como tal, davam cobertura a assuntos não veiculados pela imprensa oficial, na época sob forte censura política, refletindo o pensamento político da militância feminista”. Sobre o assunto ver o artigo de Rosalina Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira publicado no Dossiê Publicações Feministas Brasileiras: Compartilhamento Experiências. *Rev. Estud. Fem.* 11 (1), jun 2003. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000100014> (N.O.).

<sup>2</sup> Glória participou ativamente do coletivo feminista Círculo de Mulheres Brasileiras, fundado entre 1975 e 1976 em Paris, França, por iniciativa de algumas mulheres militantes de organizações de esquerda, entre elas Regina Carvalho, que estavam exiladas naquele país. Com suas companheiras realizou manifestações, ações culturais, oficinas e publicações a partir de encontros regulares em um espaço cedido na Cité Universitaire (N.O.).

dos Estados socialistas, às concepções e prática dos partidos reformistas na luta contra o capitalismo. Caótica e instintivamente se redescobrem as ‘múltiplas instâncias e mecanismos de reprodução e perpetuação do sistema’. Seria mesmo a repressão do Exército e da polícia o único poder de coação do Estado?

Aprofunda-se a crítica à Escola, Igreja, família, como reprodutoras da ideologia do sistema de dominação. A relação professor-aluno, adulto-criança, médico-paciente, psiquiatra-louco, homem-mulher, homem-natureza, branco-negro, enfim o conjunto das relações humanas passa a fazer parte das preocupações presentes. Não só para depois da tomada do poder, ganhando assim uma expressão política mais imediata. A transformação das relações baseadas na opressão passa a ser vista como fundamental para a construção do “homem novo”.

A busca de novas formas de expressão e mobilização acirra a crítica às relações verticalistas, hierarquizadas e burocratizadas. À medida que esses movimentos ultrapassam os instrumentos orgânicos existentes (e muitas vezes apesar deles) toma-se consciência de que os mecanismos de reprodução do sistema podem estar (e estão) presentes no interior mesmo das organizações que se propõem a combater o capitalismo e mesmo nas sociedades de transição ao socialismo. A crítica ao stalinismo se desloca da contradição URSS-China para o plano da luta social concreta, ficando internacionalmente como um marco importante.

A tentativa de politizar o cotidiano, de incorporar a crítica aos valores morais mais retrógrados é um dos elementos importantes desse período, junto com a luta por uma nova moral sexual e por uma concepção diferente de relações humanas. Esse conjunto de questões favorece o surgimento do movimento feminista europeu, que já contava com a experiência do movimento americano. Mesmo no Brasil, onde não se conformou um movimento de liberação da mulher, muitos dos tabus foram enfrentados, muitas lutas travadas de forma desordenada, as questões da virgindade, do casamento, de outros tipos de relação familiar estavam presentes em nossas vidas, enquanto participantes desses movimentos.

O movimento feminista europeu se afirma então enquanto força social, colocando em xeque valores até ali inquestionáveis, desmentindo sentidos comuns e, através de mobilizações concretas, descortinando a miséria da relação da mulher com seu próprio corpo, sua sexualidade e sua submissão. São as lutas

pela contracepção e aborto livres e gratuitos, em condições de segurança para a mulher, pela igualdade de direitos no trabalho, pelo fim das discriminações, exigência de mais e melhores creches, pelo direito ao prazer. É questionada a educação da mulher para a passividade, docilidade e submissão, questiona-se, enfim, a “natureza feminina”. É exigida maior profissionalização que capacite a mulher a uma participação igualitária no mercado de trabalho. Questiona-se todo um conjunto de condições materiais e ideológicas que relegam à mulher o papel de ser inferior, no mundo do trabalho doméstico, invisível, isolado e alienante. A princípio a confusão teórica é grande. São várias as tendências, indo do sexismo, dos grupos de consciência (psicanálise), às feministas marxistas, que se denominam “tendência luta de classe”. Também na Europa as feministas se deparam com o atraso e resistência da esquerda, que se juntou ao movimento com muitas reservas, um pouco escandalizada com a noção de movimento autônomo, confusa entre ver no movimento um celeiro de quadros ou a possibilidade de uma política de interferência feminista, que levaria necessariamente a algumas interrogações importantes.

### **A opressão da mulher. Uma questão internacional**

O movimento feminista na Europa e nos Estados Unidos encontra melhores condições para se desenvolver devido à própria natureza da reprodução capitalista nesses países e a um certo acúmulo histórico de lutas de mulheres, principalmente a partir do início do século. No entanto esse movimento mostra que mesmo em tais condições, apesar de a mulher ter uma maior participação na produção e um apoio da legislação que lhe garante uma relativa igualdade de direitos, as pressões sociais são imensas, levando a mão de obra feminina a ser utilizada em tarefas tradicionalmente “femininas”, provando que na vida cotidiana a legislação “de fato” é a opressão da mulher.

A relação da mulher com a produção é mediatizada pelo trabalho doméstico, ou seja, pelo papel que cumpre na reprodução da força de trabalho. As condições de reprodução da força de trabalho no sistema capitalista se dão de forma privada, uma vez que o operário não é ele mesmo uma mercadoria vendida em caráter definitivo, e ao vender sua força de trabalho fica responsável pela produção e reprodução desta. O tempo socialmente necessário para a reprodução

incorpora o tempo necessário para a transformação das mercadorias compradas com o salário. O processo de produção de alimentos, manutenção da casa, limpeza e outras tarefas conformam no seu conjunto o trabalho doméstico. Esta produção doméstica, socialmente necessária, se relaciona indiretamente com o sistema capitalista, posto que se caracteriza como valor de uso e não valor de troca. Aparece então encoberta, ganhando expressão na relação homem-mulher, e enquanto base material assegura a reprodução dos valores que reservam à mulher um papel inferior na sociedade.

Não se restringe apenas ao trabalho doméstico o papel da mulher na reprodução da força de trabalho, apesar de ser esta a forma específica de relação com o sistema. Cabe também a ela o cuidado das crianças, em casa ou nas escolas, o cuidado de velhos e doentes.

A nossa sexualidade está à mercê da reprodução. Os controles de natalidade (seja por excesso ou escassez de população) incentivam ou não a participação no mercado de trabalho, determinando a qualidade da vivência da nossa maternidade. Nos países de economia predominantemente industrial as campanhas de “volta ao lar” vêm encobertas por incentivos salariais, valorizando a maternidade. No Brasil a Benfam<sup>3</sup> se encarrega da prevenção à gravidez de “alto risco”, distribuição de pílulas sem controle médico (medicamentos muitas vezes condenados nos países desenvolvidos), prática de esterilização e utilização do DIU de maneira criminosa. A mão de obra feminina fica dependente de um conjunto de fatores que a torna vulnerável. Chamada para a produção em momentos de crise, ganhando salário inferior por trabalho igual, na realidade apenas uma remuneração complementar à do chefe de família, a gravidez sendo (que ironia!) uma barreira para sua estabilidade no emprego. Somos a imensa parcela do exército de reserva que garante ocasionalmente a continuidade da produção. Nos países desenvolvidos a crise de mão de obra dos anos 40 leva à ampliação da profissionalização da mulher, a uma melhor educação, que possibilitaria sua participação no mercado de trabalho.

---

<sup>3</sup> Benfam – sigla para Bem Estar Familiar no Brasil, entidade beneficente da assistência social, fundada em 1966 (N.O).

Nossa participação social está determinada por um conjunto de valores, preconceitos e normas, que vão desde a ameaça constante de violação, ao dever da castidade, de ser bela, educada e dócil, até a negação dos mais elementares direitos. Do ponto de vista econômico o trabalho doméstico é considerado “não trabalho”, sendo a dona de casa aquela que não trabalha, dependendo eternamente do marido. Segundo pesquisa do Chase Manhattan Bank as mulheres dispõem cerca de 99,6 horas por semana nas tarefas caseiras – no caso de países desenvolvidos. Ora, não é nada demais se considerarmos que a semana de trabalho inglesa é de 40 horas... Para as que estão integradas na produção essa jornada se duplica, chegando de 15 a 18 horas diárias. Isso em países que contam com uma infraestrutura social mais desenvolvida. Imaginemos no Brasil, onde as mulheres que além de se ocuparem das tarefas domésticas ajudam o orçamento familiar através de “bicos”, indústrias caseiras, trabalhos extremamente mal remunerados, tudo isso agravado pela inexistência de creches!

### **A opressão da mulher e sua especificidade**

Assim, o movimento feminista enfrenta em suas lutas o sexismo que determina que a mulher, enquanto sexo, sofra uma opressão específica que permeia todas as classes. Se o sexismo é relativo a todas as mulheres, a relação entre as classes e seus interesses vão determinar diferenças qualitativas na vivência dessa opressão. Se para as burguesas pode ser real o cansaço de ser “flor de lapela” de seus maridos, como disse a mulher de um presidente, seus interesses de classe se unificam no bloco dos opressores.

Para as mulheres trabalhadoras a sua dupla jornada de trabalho ou sua vida de dona de casa enfrentando problemas diários de sua classe fazem com que sua luta seja indissociável da luta revolucionária por uma sociedade mais justa. O que não podemos esquecer é que a ideologia das classes dominantes é a ideologia da sociedade atual e que o proletariado jamais incorporou a luta da mulher visando à transformação dessa sociedade. Ou seja, os interesses das classes dominantes que reproduzem a opressão da mulher estão presentes também na prática sociocultural do proletariado, dividindo e alienando.

O fato de a mulher viver sua “natureza feminina” isoladamente dificulta a tomada de consciência de sua opressão, favorecendo assim a alienação e o

fatalismo, que a fazem aceitar o princípio de que ser “mãe é padecer no paraíso”. À medida que existe uma socialização dessas vivências, nossos problemas ganham outra dimensão ao percebermos que são os mesmos vividos por todas nós. A descoberta do social no nosso cotidiano e de a importância desse cotidiano ser visto politicamente é determinante como elemento de transformação. E é esta vivência que de certa maneira impõe a especificidade da nossa opressão e o movimento autônomo enquanto forma organizativa do movimento feminista. A opressão da mulher não é apenas decorrente da relação com a produção, mesmo que esta condicione os interesses de classe e as particularidades de sua vivência. A camponesa, a operária, a bancária, enfim, as mulheres das classes e setores que compõem o bloco revolucionário têm uma coincidência de interesses nos mais elementares problemas que sofrem enquanto mulheres num país como o nosso em que o principal papel da mulher é o de participar no barateamento da reprodução da força de trabalho, e os problemas mais elementares estão ligados à reprodução, ou seja, à sexualidade a serviço da reprodução: contracepção, aborto, trabalho para a gestante, creches, melhores condições de urbanização, custo de vida, etc. O fato de essas reivindicações assumirem formas econômicas faz com que muitas vezes nos escape que esses problemas incidem e derivam em última instância dos problemas que as mulheres têm enquanto mulheres, que por serem do sexo feminino estão a serviço da reprodução, cuja reprodução está a serviço do lucro.

A negação da problemática específica da mulher e da luta feminista tem levado a que políticas sejam aplicadas na mobilização esporádica, pontual das mulheres. Superar o problema do isolamento é coletivizar nossa vivência, é nos organizarmos de maneira permanente enquanto movimento autônomo, que através da luta ideológica constante contra nossa passividade, nossa submissão nos permita assumir nossos interesses de classe – ligado ao movimento social – e ao mesmo tempo impor nossas reivindicações, nossas lutas no movimento geral de questionamento e transformação da sociedade. É um fato já bastante conhecido que mesmo nos setores onde há concentração de mão de obra feminina é ínfima a participação das mulheres nos sindicatos. Os porquês, no entanto, nem sempre são conhecidos ou questionados.

As visões economicistas, cuja expressão mais rasteira é a contraposição da prioridade da luta pelo pão à luta feminista, “esquecem” os valores, os preconceitos

em relação à mulher: “Mulher direita fica em casa”. E mais ainda: o condicionamento da mulher para as tarefas domésticas, a exclusividade no cuidado dos filhos, os problemas dos maridos, que impedem sua participação, a instabilidade no emprego em função da sua condição (repetimos) de reprodução, a educação recebida para a passividade, as mil e uma literaturas femininas intoxicantes, o peso da religião e assim por diante. E quando falamos da relação de opressão específica que está ligada à sexualidade (infelizmente ainda falamos de sexualidade ligada à reprodução e não como fonte de prazer), se chia logo. Apesar disso o movimento feminista tem ganhado força pelo seu caráter subversivo, pela capacidade de sacudir os aparelhos ideológicos do sistema, em resumo, de mexer nas bases da alienação da mulher enquanto ser social e na sua relação com o sistema e seus interesses de classe.

A teoria feminista abalou concepções ortodoxas, trouxe e continuará trazendo questões novas ao marxismo, assim como travará lutas ideológicas, políticas e teóricas no campo da revolução, passando pelo crivo a experiência dos países socialistas. O lastro histórico do movimento é ainda recente exigindo de nós mulheres a revisão da história com olhos femininos, incorporando nossas histórias e nossa história à compreensão do desenvolvimento das sociedades.

Até hoje são os interesses das classes dominantes que têm dividido o proletariado... e, infelizmente, com a conivência dos seus setores mais combativos e avançados, que ainda veem a mulher como fruto de uma costela de Adão, e a família patriarcal o refúgio do autoritarismo e sadismo, reproduzindo na relação homem-mulher a repressão e a servidão vividas socialmente.

Muitas companheiras e companheiros se espantam e recuam quando se relaciona a opressão do sistema capitalista à opressão masculino-machista. Apesar de a opressão da mulher ser fruto da divisão de classe da sociedade não podemos esquecer que um dos elementos que caracterizam sua especificidade é que essa opressão é também exercida, num plano mais imediato, pelos homens, que não abdicam de seus privilégios de livre e espontânea vontade. E a nossa luta guarda também uma especificidade uma vez que ao lutarmos contra o sistema temos que enfrentar ao mesmo tempo o machismo e uma luta ideológica contra valores que estão representados por nossos pais, maridos, noivos, namorados e mesmo por companheiros de luta. O estupro, por exemplo, não é praticado pelo “sistema”, apesar de ser a miséria sexual de homens e mulheres fruto deste. Lutar contra o estupro, sob todas as formas que assuma a reificação

sexual da mulher, não é somente exigir no mínimo uma legislação que não culpabilize a mulher pela agressão sofrida, como se faz hoje em dia. É lutar ideologicamente contra a utilização do corpo da mulher. É lutar para que decidamos nós com quem e quando queremos ter relações sexuais. O estupro não é simplesmente, como muitos afirmam, o ato de um maníaco sexual. A lei só admite a ocorrência do estupro havendo a penetração, ou seja, havendo possibilidade de reprodução. Na rua estamos sujeitas a olhares, beliscões, medo e à possibilidade de sermos violentadas a cada momento. Paralelamente, somos educadas para resguardar a virgindade, questão de honra, e a restringir nossos movimentos, impedindo assim “situações” que propiciem o estupro. E não venham dizer que a mulher proletária não vive essa violência no seu dia a dia, ou que o estupro é uma questão pequeno-burguesa.

A dupla jornada de trabalho, outro exemplo, favorece a acumulação capitalista. E se é justíssima a luta contra a exigência de horas extras, pelo direito a greve, pela liberdade de organização e manifestação, não é menos justa a luta ideológica pela divisão do trabalho doméstico no núcleo familiar, ao mesmo tempo que a exigência da criação de serviços coletivos, que favorecerão homens e mulheres. Mesmo nos países de ponta do capitalismo, onde é central a exploração da mais-valia relativa, a coletivização desses serviços não chegou a uma escala que permita anular a dupla jornada de trabalho das mulheres. E no “lar doce lar”, sueco ou brasileiro, as tarefas domésticas estão a cargo das mulheres, ou seja, são feitas nas horas de lazer, lazer e repouso, necessárias à recuperação das energias.

No Brasil, onde a exploração mais desenfreada é imposta aos trabalhadores, as condições de moradia, urbanização, etc. tornam ainda mais penoso o trabalho doméstico – agravado ainda pelo machismo latino-americano, *che*.

Infelizmente, esses problemas são tidos como secundários. Problemas sentidos na carne (muitas vezes acrescidos pelas exigências dos maridos), levando a que a vanguarda dessas lutas caiba à mulher.

### **Por um movimento feminista autônomo**

A consciência da necessidade de um movimento autônomo de massa de mulheres, que socialmente imponha suas reivindicações, que coletivamente teorize e dirija o movimento feminista é hoje uma aquisição, apesar dos diversos níveis de resistência.

Historicamente tem sido comum a utilização das mulheres em lutas onde são exploradas a serviço da defesa de seus maridos, filhos ou pais. Mesmo sendo muitas delas progressistas, cabe a pergunta: por que são as mulheres mobilizadas para lutas gerais e somente para elas?

A mobilização das mulheres pela burguesia é evidente: Marcha com Deus, pela família e propriedade em apoio ao golpe de 64; manifestação das mulheres chilenas com suas panelas (símbolo mesmo da sua opressão) contra o governo de Allende, servindo de base social para o golpe. Citando apenas mais um exemplo, a mobilização no Brasil, em 77, contra o divórcio, E nós, esquerda, por que incentivamos também mobilizações de mulheres, por diferentes motivos, perpetuando em última instância o papel que lhe é reservado na sociedade? Citando um fato recente: Anistia ampla e irrestrita é uma luta justa para este momento. Mas Anistia é uma luta de mulheres ou uma luta geral? Por que não é uma luta de pais e mães? Ou será que Anistia é uma luta de mães porque “ser mãe é desdobrar-se fibra por fibra”? A política burguesa, que delega à mulher o papel de defensora da “tradição, da família e da propriedade privada” é coerente com sua prática de opressão, alienação e divisão do proletariado. Por que nós que nos propomos a lutar contra todas as formas de opressão que adquire a dominação burguesa percebemos tão tarde e depois de tanta resistência a necessidade de incorporar e incentivar a luta de mulheres por sua emancipação? Por que nos é tão estranha a organização das mulheres em movimentos de massa, autônomos? Por que quando se fala da sexualidade da mulher, negada, humilhada e oprimida, soa tão “burguês” ou “pequeno-burguês” aos nossos ouvidos de comunistas? Será que o fato de a mulher trabalhadora não dispor de meios contraceptivos adequados e ter que recorrer a abortos, às fazedoras de anjo e a outras práticas medievais não faz parte da opressão do sistema?

Não nos passa pela cabeça a ideia de questionar se o movimento camponês, operário ou dos bancários, na sua especificidade, é ligado à luta de classes. No entanto, quando as mulheres se organizam para lutar contra sua opressão, nos esquecemos de que ela é fruto da divisão de classes. Bradamos que é secundária, que no socialismo resolveremos a questão. Nos parece impossível conceber as várias tendências do movimento feminista, com interesses de classe distintos, levando a contradições, lutas políticas e ideológicas que apresentam práticas sociais distintas, demarcando as diferenças.

Outro cavalo de batalha é o “suposto” caráter não político do movimento. Muitas companheiras, especialmente as militantes com maior experiência política, integraram-se no movimento para “politizá-lo”. As organizações e partidos revolucionários também veem sua interferência como fundamental para “politizar”. Discutir essas visões é levantar a complexidade dos problemas.

O feminismo é uma política que não concerne exclusivamente às mulheres. O que há de novo, de revolucionário, é que as mulheres, enquanto seres sociais, que sofrem uma opressão específica, se organizam e são a vanguarda dessa luta. Em todas as esferas da sociedade a mulher é discriminada, o que leva a que uma política feminista também abranja e questione a prática cultural, ideológica, econômica do conjunto da sociedade. Porque é uma luta de transformação e de rompimento com mecanismos que favorecem a reprodução e a perpetuação do sistema de dominação, o feminismo, repetimos, não interessa só às mulheres. Por essa razão o movimento não luta simplesmente pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Luta pela transformação das relações humanas, pelo fim das relações baseadas na opressão. Questionamos valores que estão em nós mesmas: a submissão é complementar à opressão. A concorrência, a rivalidade são ingredientes fundamentais do comportamento “feminino”: a educação que recebemos nos encaminha para o casamento, ou seja, para a conquista e manutenção do homem. Nisso se resume a nossa “existência”. Os concursos de *miss*, as fotonovelas, as novelas, enfim o conjunto da política cultural da burguesia é dirigido para esse fim. Os elementos mais simples da nossa composição biológica, a menstruação, por exemplo, que somando todos os períodos representa seis anos da vida de uma mulher, é escondida, motivo de vergonha, considerada um *handicap*. São “aqueles dias”.

A necessidade de grupos de mulheres não mistos para que nos encontremos, discutamos nossos problemas, nossas vivências, nossa sexualidade, nossos direitos e reivindicações é ponto pacífico. Romper com a submissão é também adquirir confiança para expor nossos problemas, tanto aos homens como nos lugares de nossa participação política. Através de ações políticas diretas é preciso buscarmos a incorporação de outras mulheres e ao mesmo tempo exigir que nossas reivindicações sejam assumidas pelos sindicatos, entidades de massa, partidos políticos, etc.

Afirmar o movimento de massa de mulheres é afirmar também nossa autonomia e nossa ligação com o movimento social, através de nossas lutas particulares. Porque a participação das mulheres no movimento feminista não supõe a exclusividade da sua atuação. Muito pelo contrário: pressupõe o despertar da “namorada-esposa-mãe-doméstica” para seu papel de agente histórico. A participação ínfima das mulheres em sindicatos, por exemplo, não é fruto da sua composição biológica...

E não é por acaso que tem sido através da mobilização das mulheres, da afirmação de suas lutas e vitórias, que a esquerda vem lentamente se incorporando, assimilando e contribuindo para o movimento. Infelizmente a tendência é ainda de querer “politizar” o movimento e não de “feminilizar” nossa concepção de socialismo, ou seja, de encarar o feminismo como uma política, como uma nova concepção de mundo. Assim como em todos os setores sociais a nossa participação enquanto esquerda é revolucionária ao globalizarmos as lutas e ao aprofundarmos, através do combate político-ideológico, a consciência da necessidade da revolução, das lutas políticas mais gerais. No entanto, tem sido muito comum a confusão entre a “globalização” e negação do feminismo. Felizmente, a amplitude do movimento tem tornado mais presente essa luta ideológica.

Mesmo assim é interessante vermos que até em sociedades em que o movimento tem um relativo peso social, o feminismo revolucionário precise se defender de críticas do gênero “aberração burguesa” e se autodenomine “tendência luta de classe”. Se no combate ideológico à corrente sexista pode ser válida essa afirmação esclarecedora, vemos aí uma posição defensiva. Não é gratuita a necessidade de reafirmar o óbvio do marxismo para ser reconhecido como elemento de transformação da sociedade.

### **A influência da “moral comunista”**

Os caminhos que segue tomando a transição ao socialismo na URSS, com a maior burocratização, as crescentes desigualdades econômicas, sociais e políticas nos mostram que também a situação da mulher não foi resolvida com a socialização dos meios de produção. Mesmo que a situação da mulher não se compare com a do tempo do czarismo, está longe dos esforços e conquistas dos primeiros anos da Revolução Bolchevique, ou como diz Reich, da tentativa de uma nova vida.

A guerra e a Revolução implicaram profundos transtornos na família patriarcal, representando um impacto na vida da mulher russa que até então mal era vista como um ser humano, vivendo totalmente submetida à passividade e ao fatalismo.

Não se passaram oito dias da formação do governo soviético para ser organizada uma reunião das trabalhadoras, em Petrogrado, contando com cerca de 50 mil mulheres. São inúmeras as medidas adotadas assegurando melhores condições para as operárias. Em menos de um ano é estabelecida a igualdade de direitos entre o homem e a mulher no Código de casamento, que suprimia também o controle eclesiástico. Ao mesmo tempo é abolida a distinção entre esposas e crianças legítimas e ilegítimas. Para a obtenção do divórcio é suficiente uma declaração do casal, sendo que a pensão alimentar só era paga se um dos cônjuges estivesse sem emprego ou impossibilitado de se sustentar. Para as mães solteiras passa a vigorar o “critério da necessidade”. Às donas de casa cabe receber salário pelas tarefas domésticas.

A conquista dessa legislação revolucionária não se dá de maneira linear. As teorias clássicas, como em tantos outros aspectos, não correspondiam às condições de um país pobre e extremamente atrasado como a Rússia. A tentativa de novas formas de vida, de rompimento da estrutura familiar, de vida coletiva, como as comunidades de jovens, de coletivização dos trabalhos domésticos através de uma infraestrutura de lavanderias, cantinas, creches, etc. era fonte de conflitos e problemas intensos, tanto dentro do Partido como nas massas, especialmente no campo. Mas representavam passos gigantescos para a Rússia de 1917, levando-se em conta que até aquele momento era praxe o jovem esposo receber um chicote do sogro para exercer sua autoridade sobre a jovem. Representava a transferência do poder e, para maior facilidade de uso, ficava pendurado acima do leito nupcial.

A participação das mulheres organizadas no Ministério de Operárias e Camponesas do Partido Comunista – Genotdel – começa a partir de 19. O Genotdel servia como centro de educação e mobilização para a vida política, para a guerra civil, contra a fome. Informava as mulheres sobre seus direitos, ajudando a criação de círculos de discussão, clubes femininos, participando de reuniões em sindicatos, debates públicos, reuniões do Partido, etc. levando as reivindicações das mulheres. Mesmo no nível do Partido as críticas e resistências ao Genotdel

eram imensas, sendo [Alexandra] Kollontai sua principal impulsionadora. Muitas militantes se recusavam a participar, assim como muitos quadros, apesar da defesa pública da igualdade de direitos, impediam que participassem, alegando que era um organismo demasiado feminista, não fundamental, etc., argumentos bem próximos do que hoje escutamos.

A coletivização das tarefas domésticas era a meta desejada, capaz de liberar a mulher do isolamento e fatalismo do mundo familiar (mesmo que fossem cumpridas pelas próprias mulheres). A influência do trabalho na consciência da mulher era vista como o despertar para o social e o público. Lenin, por exemplo, considerava esse aspecto fundamental (mesmo que às mulheres coubesse as tarefas tradicionalmente femininas).

O peso das tradições, o atraso social e cultural, as dificuldades econômicas, levavam a que as reformas não fossem globalmente alcançadas. A falta de uma política mais geral dificultava o enfrentamento dessa situação.

Depois do “comunismo de guerra” a participação da mulher na produção se viu ameaçada, se agravando com a Nova Política Econômica. As mulheres não tinham a formação profissional necessária, sendo deslocadas para usinas mais velhas, em piores condições de trabalho e desfavoráveis do ponto de vista salarial. As dificuldades de formação e expressão, sem contar o comportamento machista dos companheiros, faziam com que a participação das mulheres nos sindicatos fosse extremamente débil.

Para a NEP<sup>4</sup> cuja prioridade era a produtividade, a mulher em casa, como os sistemas anteriores já haviam demonstrado, barateava os custos de reprodução da força de trabalho. Assim, as creches passam a ser “muito custosas” e toda sorte de empecilhos é levantada pelos diretores e gerentes. A NEP fortalece a partir daí os preconceitos em relação à mulher, e na sua relação inversa os preconceitos levam a ver como incompatíveis produtividade e luta pela liberação da mulher dos encargos domésticos. À medida que se subordina a construção do socialismo ao desenvolvimento das forças produtivas, a “revolucionarização” das relações de produção, a luta por uma nova vida, a emancipação da mulher,

---

<sup>4</sup>NEP é a sigla para Nova Política Econômica e foi a política econômica seguida na União Soviética após o fim do comunismo na guerra de 1921 e com a ascensão ao poder de Stalin, em 1928 (N.O).

enfim a construção de uma nova sociedade é relegada a segundo plano. E a visão economicista se afirma, com suas consequências. Conjugada à NEP se estabelece como critério moral a “utilidade social”. A sexualidade é reorientada no sentido da construção social. Conquistas como o direito ao aborto são vistas e encaminhadas apenas na sua importância econômica. As reações são imensas.

Em 1929 é, enfim, dissolvido o Genotdel sob a alegação oficial de que a igualdade de direitos já existia de fato, não sendo necessário um movimento feminino. “Igualdade” esta que não parou de aumentar e se fortalecer. A destruição da família passa a ser “ideia imunda e perniciosa”. Em 1936 o aborto é proibido por lei, a responsabilidade dos pais na educação da criança é reforçada... e o amor livre condenado pelo *Pravda* e passível de crítica, sendo considerado “uma certa atitude frívola e irresponsável face ao casamento”. A partir de 30 o casamento passa a ser elogiado, incentivando-se as cerimônias, os vestidos de noiva, alianças (e, claro, flores de laranjeira *à la russa*). A família e o casamento são considerados um elemento positivo, contra os “resquírios burgueses” que o amor livre representa. O divórcio se torna mais difícil e mais caro. Ao mesmo tempo são reafirmados o papel e os direitos da esposa legítima, assim como a volta da distinção entre filho legítimo e ilegítimo, sendo o primeiro o que tem direitos. Desde 1934 a homossexualidade passa a ser crime.

A reabilitação da família é triunfante, a reprodução, função suprema da mulher para o socialismo, sendo a não reprodução “um desvio na construção socialista”. Da “necessidade” do período da NEP esses valores passam a ser a “moral comunista”. Através de uma nova lei sobre a herança reestabelece-se a posição do pai como chefe da família, apesar da repetição constante e exaustiva: “as mulheres são iguais aos homens”. Todos os benefícios das mães solteiras concedidos pela Revolução são abolidos. A afirmação dessa “moral comunista” não impede a participação da mulher na produção e seu aumento de acordo com as necessidades econômicas, e mesmo a criação de novas creches.

A partir da Segunda Guerra, com os 20 milhões de mortos, a fome, as epidemias, a coletivização forçada, terror político e repressão em todos os níveis, a participação da mulher na produção é solicitada. A racionalização imposta determina que a mulher é mais rentável na produção do que em casa, dando uma característica diferente ao mesmo fenômeno de maior participação da mulher no mercado de trabalho nos países capitalistas, nessa mesma época. Diferentemente, nesses países a “volta ao lar” depois da guerra foi uma realidade.

Na URSS a propaganda oficial fala então da “feliz família soviética”, passando do *slogan* da “existente” igualdade da mulher para a valorização da “mulher, heroína da maternidade”. Já no período da “desestalinização” o mito criado é de que “a mulher soviética sofre em silêncio”. O desenvolvimento posterior à guerra mundial leva a uma maior integração da mulher na produção (constituindo hoje a metade da população ativa) implicando uma maior profissionalização da mão de obra feminina, planificação familiar (o aborto é de novo legalizado em 55), com divulgação de métodos anticoncepcionais, criação de creches no local de trabalho e muitos outros avanços que uma “potência” pode “oferecer” e aliás precisa para seu próprio desenvolvimento. Mas, contrariamente ao que Lenin pensava, a participação da mulher na produção (mesmo que seja astronauta...) não impede a perpetuação e reprodução da opressão específica da mulher: desigualdade de salário para trabalho igual, trabalho “feminino” na maioria das vezes concentrado no setor não especializado da indústria, dupla jornada (mesmo que o trabalho doméstico fosse facilitado devido à racionalização), menor educação, etc. Desigualdades dentro do Partido, além das gerais. Quanto à participação nos sindicatos é bastante superior à dos países capitalistas. Enfim, a situação da mulher na URSS é extremamente melhor do que no período anterior à Revolução, mas como no conjunto do “socialismo” soviético as desigualdades não só não deixaram de existir como existem mesmo suas condições de reprodução.

Concluindo: a nosso ver não são só os preconceitos responsáveis pelo atraso e por tantas resistências da esquerda, quando explode o movimento feminista. Em todos os programas de partidos, reformistas ou revolucionários, é comum encontrar declarações em favor da igualdade da mulher... nas calendas gregas.

A questão central hoje é assumir o feminismo como uma política indissociável de toda concepção política que tenhamos. Ou seja, nos “feminilizarmos”.

Acrescentamos um rápido histórico das mudanças de condição da mulher na URSS porque achamos que é uma experiência sobre a qual devemos refletir, criticar e retirar ensinamentos. E também porque as deformações desse processo espelham, em muitos níveis, nossas próprias deformações... e não só na questão feminina.

Depoimento de Shirlei, mineira, 25 anos, faz *trottoir* na Avenida Mem de Sá. Perdi a virgindade com meu primeiro namoradinho, quando tinha 14 anos. Meu pai descobriu tudo e me atirou fora de casa: “lugar de puta é na rua. Prefiro um filho criminoso do que mulher vagabunda”. Fiquei dormindo por aí, nos trens, na praia, em banco de jardim. Isso durou até que encontrei um rapaz que me falou de um lugar onde dava pra ganhar muito dinheiro. Na ilusão eu fui. Esse lugar era a zona.

Esse cara exigia todo meu dinheiro. Deixava só cinco cruzeiros na minha bolsa pra eu tomar o café da manhã. Quando ele ia jantar eu ia pro bar junto, mandava eu ficar lendo o jornal enquanto ele comia bife com batata frita. Às vezes pedia um caldo verde pra mim e me cutucava por baixo da mesa pra eu dizer que já tinha jantado.

Como citar:

FERREIRA, Glória. Feminismo: uma questão política?. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, PPGAV-UFRJ, v. 27, n. 42, p. 37-61, jul.-dez. 2021. ISSN-2448-3338. DOI: <https://doi.org/10.37235/ae.n42.5>. Disponível em: <http://revistas.ufrj.br/index.php/ae>.









